

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	16
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
8. PARTES RELACIONADAS	17
9. IMOBILIZADO	18
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	21
11. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	22
12. DIVIDENDOS DECLARADOS	23
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25
15. CUSTOS DOS GERENCIÁVEIS	25
16. RESULTADO FINANCEIRO	26
17. RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	27
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	36
21. EVENTOS SUBSEQUENTES	37

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Relatório da Administração

A Administração da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (“Companhia” ou “SPE 04”), em cumprimento às disposições legais e de acordo com as normas regulatórias vigentes, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. Mensagem do Presidente

Em 2022 vivenciamos um ano de muitos desafios, potencializado pelo fato de termos durante o ano inteiro todos os nossos empreendimentos 100% operacionais. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE’s de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 9,4% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,197 bilhões.

Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Regulatório consolidado de R\$ 1 bilhão, aumento de 13,74% em relação a 2021.

Como citado anteriormente, iniciamos o ano com todos os empreendimentos 100% operacionais, por isso, nossos investimentos foram bem inferiores em comparação aos anos anteriores, atingindo a marca R\$ 26 milhões.

Os resultados de 2022 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2023. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados.

2. Cenário

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3; pela Linha de Transmissão Janaúba 3 -

Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino; pela SE Janaúba 3 500 kV.

O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia: Caetité, Candiba, Guanambi, Pindaí, Urandi, Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Catuti, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Sá, Glaucilândia, Gouveia, Janaúba, Joaquim Felício, Juramento, Mamonas, Mato Verde, Monjolos, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Olhos-D'água, Pai Pedro, Porteirinha, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Guaraciama.

Para o novo ciclo 2022-2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R\$ 248,45 milhões (valores de junho/2022), atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL.

Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 62, de 1 de agosto de 2017.

3. Andamento do Projeto

A SPE 04 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 2 etapas. O primeiro trecho entrou em operação com 05 de novembro de 2020, o que corresponde a 51% da RAP. O segundo trecho, não entrou em operação comercial nesta data por pendência sistêmica, mas iniciou o recebimento da RAP. Este segundo trecho entrou em Operação Comercial em 25 de novembro de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial.

5. Investimentos

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 2,75 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita líquida

Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2022 foi de R\$ 231,8 milhões.

Custos e despesas operacionais

Em 2022, o total de custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO, atingiram R\$ 11,0 milhões.

EBITDA

Em 2022, o EBITDA Regulatório atingiu R\$ 220,7 milhões.

Resultado financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 98,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, as despesas de IRPJ e CSLL atingiram R\$ 6,1 milhões.

Lucro líquido

Em 2022, a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 86,3 milhões.

Endividamento

No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 1,14 bilhão. As dívidas da SPE 04 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 4,19% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos

A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2022 para outros serviços.

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 27 de abril de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao
Conselho de Administração e Diretoria da
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.
Brasília - Distrito Federal
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in dark ink, consisting of several fluid, overlapping strokes, is positioned above the printed name and title.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	154.681	193	Fornecedores		13.956	16.662
Investimentos temporários	6	46.879	176.702	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	47.931	-
Concessionárias e permissionárias	7	25.792	31.040	Tributos a recolher		10.379	4.861
Tributos compensáveis		19.663	8.877	Dividendos declarados	12	9.962	16
Serviços em curso		655	-	Encargos setoriais		1.747	1.030
Outros ativos circulantes		581	380	Outros passivos circulantes		3.061	2.731
Total do ativo circulante		248.251	217.192	Total do passivo circulante		87.036	25.300
Não circulante				Não circulante			
Tributos compensáveis		947	947	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	1.095.618	1.061.777
Outros ativos não circulantes		-	56	Tributos a recolher		94	94
Imobilizado	9	1.092.227	1.118.282	Total do passivo não circulante		1.095.712	1.061.871
Intangível	9	20.045	20.519	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		1.113.219	1.139.804	Capital social	13	209.694	209.694
				Reserva de lucros	13	(30.972)	60.131
				Total do patrimônio líquido		178.722	269.825
Total do ativo		1.361.470	1.356.996	Total do passivo e patrimônio líquido		1.361.470	1.356.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita / Ingresso	14	259.021	245.149
Transmissão de energia elétrica		259.021	245.149
Tributos		(23.881)	(22.754)
PIS-PASEP		(4.300)	(3.966)
Cofins		(19.523)	(18.788)
ICMS		(58)	-
Encargos - Parcela "A"		(3.322)	(2.397)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.333)	(2.203)
Taxa de fiscalização		(989)	(194)
Receita líquida / Ingresso líquido		231.818	219.998
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	15	(40.921)	(18.946)
Pessoal e administradores		(4.935)	(4.890)
Material		(330)	(216)
Serviços de terceiros		(5.538)	(2.549)
Arrendamento e aluguéis		(80)	(165)
Depreciação e amortização		(29.761)	(10.836)
Outros gastos operacionais		(277)	(290)
Resultado da atividade		190.897	201.052
Resultado financeiro	16	(98.413)	(132.597)
Despesas financeiras		(128.869)	(137.702)
Receitas financeiras		30.456	5.105
Resultado antes dos impostos		92.484	68.455
Despesa com impostos sobre o lucro	17	(6.131)	(1.427)
Lucro (prejuízo) do exercício		86.353	67.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	86.353	67.028
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>86.353</u>	<u>67.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>209.694</u>	<u>46.076</u>	<u>(30.301)</u>	<u>225.469</u>
Lucro do exercício		-	-	67.028	67.028
Dividendos adicionais distribuídos		-	(22.656)	-	(22.656)
Constituição de reserva legal		-	4.076	(4.076)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais		-	5.640	(5.640)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	758	(774)	(16)
Constituição de dividendos adicionais		-	-	-	-
Constituição de Reserva de lucros a realizar		-	26.237	(26.237)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>209.694</u>	<u>60.131</u>	<u>-</u>	<u>269.825</u>
Lucro do exercício:		-		86.353	86.353
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	(9.663)	-	(9.663)
Constituição de reserva legal	13.2 (b)	-	6.079	(6.079)	-
reserva de incentivos fiscais	13.2 (a)	-	20.496	(20.496)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.155)	(1.155)
Dividendos intermediários distribuídos		-	(76.661)	(81.170)	(157.831)
Dividendos adicionais propostos	13.2 (c)	-	8.524	(8.524)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(8.807)	-	(8.807)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	13.2 (e)	-	(31.071)	31.071	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>209.694</u>	<u>(30.972)</u>	<u>-</u>	<u>178.722</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	86.353	67.028
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e Amortização	29.761	10.836
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	125.278	137.572
Rendimentos de aplicações financeiras	(31.930)	(5.348)
Outros	-	156
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	6.131	-
	215.593	210.244
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	5.248	(5.951)
Tributos compensáveis	(5.227)	(8.554)
Outros ativos	(800)	1.491
Fornecedores	(2.706)	(4.063)
Tributos a recolher	(613)	2.119
Dividendos intermediários pagos	-	(1.893)
Outros passivos a pagar	330	1.079
Encargos setoriais	717	679
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(3.051)	(15.093)
Pagamentos de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(24.965)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.559)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado nas atividades operacionais	182.018	195.151
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(3.027)	(15.348)
Aquisições no ativo intangível	(205)	(4.593)
Investimentos temporários (adquiridos)/resgatados	161.753	(152.374)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	158.521	(172.315)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos intermediários pagos	(167.510)	(22.656)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(18.541)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(186.051)	(22.656)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	154.488	180
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	193	13
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	154.681	193
Redução no caixa e equivalentes de caixa	154.488	180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Janaúba 3 - Igarorã III, em 500 kV^(*) – 257^(*) km;
- (b) LT Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV^(*) – 337^(*) km; e
- (c) Subestação Janaúba 3.500 kV^(*).

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Não auditado.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 012/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Impactos da Covid 19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos decorrentes da Covid-19 nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1.3 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão interrompeu o fluxo comercial já estabelecido e desviou parte da demanda de importação de energia da Rússia para outros mercados e, recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Durante o exercício de 2022, o petróleo e o gás natural atingiram preços de US\$ 130/bbl e US\$ 13/mmbtu, respectivamente. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 7% em relação a 31 de dezembro de 2021.

As ramificações desses eventos impactam as matrizes produtivas das economias globais por meio do aumento dos custos industriais e, paralelamente, há um aumento quase proporcional dos preços internos, desencadeando um aumento de taxa de juros (inflação), volatilidade dos preços dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa 18 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários, apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2023.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis regulatórias apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

3.5 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 – Provisão para litígios - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.

Nota explicativa nº 19 Instrumentos financeiros - Definição do valor justo por meio de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

3.6 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis regulatórias em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - instrumentos financeiros.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 29 de março de 2023, apresentadas na nota explicativa nº 4, exceto quanto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

4.5 Principais mudanças nas políticas contábeis

A ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de MCSE, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	8.398	44
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDBs)	146.283	149
Total	154.681	193

- (a) O caixa e equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Operações Compromissadas de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2);

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 103,54% a.a. do CDI (92,63% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

6 Investimentos temporários

	2022	2021
Fundo de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	46.879	176.702
Total	46.879	176.702

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 equivale a 100,0% a.a. do CDI (102,07% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia passa a constituir um contas a receber, registrado mensalmente através da Receita Anual Permitida (RAP), que será recebida durante o prazo definido no contrato de concessão.

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

A composição das contas a receber em 31 de dezembro de 2022 é:

	Corrente a vencer	Corrente a vencida					
				De 181			
		Até 90	De 91 a	a 360	Mais de	Total	Total
Descrição	Até 60 dias	dias	180 dias	dias	360 dias	2022	2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	24.061	97	1.313	253	68	25.792	31.040
Total	24.061	97	1.313	253	68	25.792	31.040

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2022		2021	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
Concessionárias e permissionárias (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	248	2.111	287	2.072
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	425	3.706	533	3.973
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	195	1.713	250	1.870
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	164	1.389	173	1.288
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	437	3.455	455	3.126
Companhia de Eletricidade do Amapá	(a)	36	315	-	-
CELG Distribuição S.A	(a)	429	3.640	-	-
Total		1.934	16.329	1.698	12.329
Outros ativos circulantes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	3	3	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	4	4	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	1	1	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	2	2	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)				
		2	2	-	-
		12	12	-	-
Outros passivos circulantes					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(190)	(760)	(226)	(736)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(57)	(264)	(81)	(302)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(52)	(109)	(29)	(82)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(22)	(95)	(4)	(79)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(1)	(1)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	(b)	(3)	(3)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - Intesa	(b)	-	-	(2)	-
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	-	(3.708)	(1.527)	(4.753)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A	(c)	(2.353)	(2.353)	-	-
Total		(2.678)	(7.293)	(1.869)	(5.952)
Dividendos a declarados					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(d)				
		(9.962)	-	(16)	-
Total		(9.962)	-	(16)	-

- (a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018-SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 ao ano, por um período de 60 meses. O contrato em questão se estabelece em três critérios objetivos de rateio: critério corporativo, critério distribuição e critério transmissão. Os custos totais dos critérios mencionados são rateados de acordo com as fórmulas previstas no contrato de compartilhamento;
- (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (d) A variação do período está demonstrada na nota explicativa nº 12 Dividendos declarados.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

8.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o pessoal-chave da Administração conta com 03 membros no Conselho da Administração e 05 membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 488 (R\$ 979 em 31 dezembro de 2021).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

8.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A, controladora indireta, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos, abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento (*)	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2022 (a)
BNDES – Subcrédito A	411.280	100	10/05/2019	15/12/2042	406.592	570.217
BNDES – Subcrédito A	411.280	100	10/05/2019	15/12/2042	406.592	573.332
	822.560				813.184	1.143.549

(a) Os valores atualizados dos empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

9 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/ 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/ 2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/ 2022	Valor Líquido em 31/12/ 2021
Transmissão	847.533	-	-	279.180	1.126.713	279.180	(39.385)	1.087.328	837.230
Terrenos	151	-	-	-	151	-	-	151	151
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.600	-	-	16.727	21.327	16.727	(579)	20.748	4.575
Máquinas e Equipamentos	842.782	-	-	261.866	1.104.648	261.866	(38.787)	1.065.861	832.504
Veículos	-	-	-	587	587	587	(19)	568	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	847.533	-	-	279.180	1.126.713	279.180	(39.385)	1.087.328	837.230

Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2022	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 2022	Valor Líquido em 2021
Transmissão	281.052	3.028	(1)	(279.180)	4.899	(276.153)	-	4.899	281.052
Máquinas e Equipamentos	246.227	1.408	-	(246.944)	691	(245.536)	-	691	246.227
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	32.917	1.145	-	(31.258)	2.804	(30.113)	-	2.804	32.917
Veículos	979	-	(1)	(978)	-	(979)	-	-	979
Adiantamento a fornecedores	929	475	-	-	1.404	475	-	1.404	929
Subtotal	281.052	3.028	(1)	(279.180)	4.899	(276.153)	-	4.899	281.052
Total do Ativo Imobilizado	1.128.585	3.028	(1)	-	1.131.612	3.027	(39.385)	1.092.227	1.118.282

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022		2021	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	2,95%	1.126.713	(39.385)	1.087.328	837.230
Custo Histórico		1.126.713	(39.385)	1.087.328	837.230
		1.126.713	(39.385)	1.087.328	837.230
Em curso					
Transmissão		4.899	-	4.899	281.052
		4.899	-	4.899	281.052
		1.131.612	(39.385)	1.092.227	1.118.282

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso – R\$ Mil	Material / equipa- mentos	Serviços de terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.145	-	1.145
Máquinas e equipamentos	962	446	1.408
Adiantamentos a fornecedores	475	-	475
Total das adições	2.582	446	3.028

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	12,18%
Estrutura Geral	2,88%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (que são estão demonstrados na coluna de transferência, pois primeiro são adicionados no em curso, para depois serem transferidos para serviço) ao imobilizado em serviço no exercício (organizados pelo critério de valor) foram:

Denominação do imobilizado	Valor Imobilizado
REATOR 1F 500KV 78.3MVAR NBI1550KV	45.789
REATOR 1F 500KV 66.6MVAR NBI1550KV	31.097
SISTEMA DE ATERRAMENTO	28.030
REATOR 1F 500KV 58.3MVAR NBI1550KV	19.352
ISOL DISCO VID 280/380 LUV ZIN CB 160KN	15.551
BASE PARA REATOR	14.548
DISJ TS 3P 550KV SF6 5000A 50KA C/RESIST	11.477
ISOL DISC VID 280/380 LUV ZIN CB 210KN	11.476
ISOLADOR DISC VID ANT 280/450 LV 210KN	6.432
BARRAMENTO	6.362
Total Geral	190.114

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão	21.113	-	-	21.113	-	(1.424)	19.689	20.369
Servidões	16.296	-	-	16.296	-	-	16.296	16.296
Softwares	3.166	-	-	3.166	-	(1.108)	2.058	2.692
Outros	1.651	-	-	1.651	-	(316)	1.335	1.381
Subtotal	21.113	-	-	21.113	-	(1.424)	19.689	20.369
Ativo Intangível em Curso								
Transmissão	150	-	(62)	88	(62)	-	88	150
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	98	-	(62)	36	(62)	-	36	98
Outros	52	-	-	52	-	-	52	52
Administração	-	206	62	268	268	-	268	-
Softwares	-	206	62	268	268	-	268	-
Subtotal	150	206	-	356	206	-	356	150
Total do Ativo Intangível	21.263	206	-	21.469	206	(1.424)	20.045	20.519

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Empréstimos e financiamentos

10.1 Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.830	45.101	1.095.618	1.143.549	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES - Subcredito A	1.409	28.440	540.368	570.217	Sim	abr-19	Não aplicável	IPCA	5,32 %	15/01/23	Mensal	15/01/23	15/12/42	Mensal	Não aplicável
BNDES - Subcredito B	1.421	16.762	557.166	575.349	Sim	abr-19	Não aplicável	IPCA	5,32 %	15/01/23	Mensal	15/01/23	15/12/42	Mensal	Não aplicável
CCAP - BNDES	-	(101)	(1.916)	(2.017)	sim	abr-19	Não há	Pré	0,00 %	31/01/23	Mensal	31/01/23	15/12/42	Mensal	Não aplicável

10.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	46.010	46.949	47.939	48.981	50.080	855.659	1.095.618
BNDES - Subcredito A	28.440	28.440	28.440	28.440	28.441	398.167	540.368
BNDES - Subcredito B	17.670	18.610	19.600	20.642	21.740	458.904	557.166
CCAP - BNDES	(100)	(101)	(101)	(101)	(101)	(1.412)	(1.916)

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

10.3 Abertura dos Ativos Financeiros

Instituição / Linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal	Principal + Juros LP	Saldo 2022	Saldo 2021
Ativos Financeiros	-	201.560	-	201.560	176.895
Caixa e aplicações financeiras					
Saldo final de caixa - Conta 111	-	8.398	-	8.398	44
Aplicação financeira CDB	-	146.283	-	146.283	149
Aplicação financeira Fundos DI	-	46.879	-	46.879	176.702

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2022	Saldo 2021
(+) Dívida Bruta	2.830	45.101	1.095.618	1.143.549	1.061.777
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.830	45.101	1.095.618	1.143.549	1.061.777
(-) Ativos Financeiros	-	(201.560)	-	(201.560)	(176.895)
Alta Liquidez	-	(201.560)	-	(201.560)	(176.895)
(+) Dívida Líquida I	2.830	(156.459)	1.095.618	941.989	884.882

10.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais e fidejussórias, e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11 Provisão para litígios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

11.1 Ambientais

Existem contingências ambientais, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 71 (R\$ 53 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

11.2 Cíveis

Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 389 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverão ser calculados tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	142.073	87.151
(-) Reserva de incentivo fiscal	(20.496)	(5.640)
(-) Reserva legal	(6.079)	(4.076)
Lucro líquido ajustado	115.498	77.435
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	1.155	774
Realização da Reserva de Lucros a Realizar – Dividendos mínimos	8.807	-
Dividendos intermediários distribuídos	157.831	-
Dividendos adicionais propostos	8.524	9.663
Dividendos propostos	176.317	10.437

(a) Os dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se ao montante de realização da reserva de lucros a realizar.

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.893
Dividendos adicionais distribuídos de 2020	22.656
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	16
Pagamento de dividendos no exercício	(24.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	9.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	1.155
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	157.831
Dividendos da reserva de lucro a realizar	8.807
Pagamento de dividendos no exercício	(167.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.962

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia subscrito é de R\$ 213.199, e totalmente integralizado é de R\$ 209.694.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital está representado por 213.198.792 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 213.199, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

13.2 Reserva de lucros

	Nota	2022	2021
Reserva de incentivos fiscais	(a)	26.136	5.640
Reserva legal	(b)	33.575	27.496
Reserva de dividendos adicionais propostos	(c)	8.524	9.663
Reserva para investimento e expansão	(d)	-	17.332
Proventos excedentes da contabilidade societária		(99.207)	-
Total		(30.972)	60.131

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é de R\$ 26.136 (R\$ 5.640 em 31 de dezembro de 2021), a movimentação do exercício de R\$ 20.496 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2022.

b. Reserva de legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 33.575 (R\$ 27.496 em 31 de dezembro de 2021).

c. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 29 de março de 2023, conforme divulgado em na nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 8.524 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.663 em 31 de dezembro de 2021).

d. Reserva de investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, itens III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 0 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 17.332).

e. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (Generally Accepted Accounting Principles) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta reserva é negativo em R\$ 99.207 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021)

13.3 Dividendos intermediários

Em 14 de novembro de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos intermediários de R\$ 157.831, à conta do lucro líquido apurado no período em 30 de setembro de 2022.

14 Receita operacional líquida

	2022	2021
Transmissão de energia elétrica	259.021	245.149
Receita operacional bruta	259.021	245.149
Tributos		
PIS-PASEP	(4.300)	(3.966)
COFINS	(19.523)	(18.788)
ICMS	(58)	-
	(23.881)	(22.754)
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.333)	(2.203)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(989)	(194)
	(3.322)	(2.397)
Receita operacional líquida	231.818	219.998

15 Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Custos gerenciáveis – Parcela “B”	2022	2021
Pessoal e administradores	(4.935)	(4.890)
Material	(330)	(216)
Serviços de terceiros	(5.538)	(2.549)
Arrendamento e aluguéis	(80)	(165)
Depreciação e amortização	(29.761)	(10.836)
Outras gastos operacionais	(277)	(290)
Total	(40.921)	(18.946)

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(*) Segue abaixo a abertura do grupo de pessoal e Administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

	2022	2021
Pessoal	(4.447)	(3.910)
Remuneração	(3.970)	(4.535)
Encargos	(2)	-
Participação no lucro - PLR	(474)	(315)
Outros benefícios - corrente	(1)	940
	2022	2021
Administradores	(488)	(980)
Remuneração	(488)	(980)
Total	(4.935)	(4.890)

16 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	31.930	5.348
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.485)	(249)
Outras receitas financeiras	11	6
Total de receitas financeiras	30.456	5.105
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(58.930)	(46.087)
Variação monetária da dívida (a)	(66.348)	(91.485)
Juros, multas s/ operação de energia	(2)	(17)
Outras despesas financeiras	(3.589)	(113)
Total de despesas financeiras	(128.869)	(137.702)
Resultado financeiro líquido	(98.413)	(132.597)

- (a) A redução nos encargos da dívida, deu-se em função queda do IPCA, único indexador, que acumulado até dezembro de 2021, estava em 10,06% e fechou 5,79% acumulado até dezembro 2022.

17 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	92.484	68.455
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(31.445)	(23.275)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	20.496	5.640
Ativo contratual - CPC 47	4.818	16.208
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.131)	(1.427)

- (a) A Companhia obteve em 2021 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Balanço Patrimonial

	Notas	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		154.681	-	154.681	193	-	193
Investimentos temporários		46.879	-	46.879	176.702	-	176.702
Concessionárias e permissonárias		25.792	-	25.792	31.040	-	31.040
Serviços em curso		655	-	655	-	-	-
Tributos compensáveis		19.663	-	19.663	8.877	-	8.877
Adiantamento a fornecedores	18.2	-	(1.404)	1.404	-	-	-
Ativos de contratos	18.1	-	(270.056)	270.056	-	(306.773)	306.773
Outros ativos circulantes		581	-	581	380	(930)	1.310
Total do ativo circulante		248.251	(271.460)	519.711	217.192	(307.703)	524.895
Não circulante							
Tributos compensáveis LP		947	-	947	947	-	947
Outros ativos não circulantes		-	-	-	56	-	56
Ativo de contratos	18.1	-	(1.922.284)	1.922.284	-	(1.799.725)	1.799.725
Imobilizado	18.3	1.092.227	1.092.227	-	1.118.282	1.118.282	-
Intangível	18.4	20.045	18.710	1.335	20.519	19.138	1.381
Total do ativo não circulante		1.113.219	(811.347)	1.924.566	1.139.804	(662.305)	1.802.109
Total do ativo		1.361.470	(1.082.807)	2.444.277	1.356.996	(970.008)	2.327.004
	Notas	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		13.956	-	13.956	16.662	-	16.662
Empréstimos, financiamentos e debêntures		47.931	-	47.931	-	-	-
Tributos a recolher		10.379	-	10.379	4.861	-	4.861
Dividendos declarados		9.962	-	9.962	16	-	16
PIS e COFINS diferidos	18.5	-	(9.602)	9.602	-	-	-
Encargos setoriais		1.747	-	1.747	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética		-	-	-	1.030	-	1.030
Outros passivos circulantes		3.061	-	3.061	2.731	-	2.731
Total do passivo circulante		87.036	(9.602)	96.638	25.300	-	25.300
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.095.618	-	1.095.618	1.061.777	-	1.061.777
PIS e COFINS diferidos	18.5	-	(223.248)	223.248	-	(211.536)	211.536
Imposto de renda e contribuições social	18.5	94	(315.645)	315.739	94	(279.880)	279.974
Total do passivo não circulante		1.095.712	(538.893)	1.634.605	1.061.871	(491.416)	1.553.287
Total do passivo		1.182.748	(548.495)	1.731.243	1.087.171	(491.416)	1.578.587
Patrimônio líquido	18.7						
Capital social		209.694	-	209.694	209.694	-	209.694
Reservas de lucro		(30.972)	(534.312)	503.340	60.131	(478.592)	538.723
Total do patrimônio líquido		178.722	(534.312)	713.034	269.825	(478.592)	748.417
Total do passivo e patrimônio líquido		1.361.470	(1.082.807)	2.444.277	1.356.996	(970.008)	2.327.004

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado

	Notas	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso	18.6	259.021	(100.929)	359.950	245.149	(127.306)	372.455
Transmissão de energia elétrica		259.021	259.021	-	245.149	245.149	-
Receita de O&M		-	(16.302)	16.302	-	(3.198)	3.198
Receita de remuneração de ativos de contratos		-	(319.119)	319.119	-	(293.948)	293.948
Receita de construção		-	(24.529)	24.529	-	(66.167)	66.167
Ativo de contratos - Ganho de realização		-	-	-	-	-	-
Outras receitas		-	-	-	-	(9.142)	9.142
Tributos	18.6	(23.881)	21.314	(45.195)	(22.754)	25.556	(48.310)
PIS-PASEP		(4.300)	3.751	(8.051)	(3.966)	4.652	(8.618)
Cofins		(19.523)	17.563	(37.086)	(18.788)	20.904	(39.692)
ICMS		(58)	-	(58)	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(3.322)	-	(3.322)	(2.397)	-	(2.397)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.333)	-	(2.333)	(2.203)	-	(2.203)
Taxa de fiscalização		(989)	-	(989)	(194)	-	(194)
Receita líquida / Ingresso líquido		231.818	(79.615)	311.433	219.998	(101.750)	321.748
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	16.441	(16.441)	-	57.519	(57.519)
Variações das margens do ativo de contrato		-	15.087	(15.087)	-	16.879	(16.879)
Custo de construção		-	1.354	(1.354)	-	40.640	(40.640)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		231.818	(63.174)	294.992	219.998	(44.231)	264.229
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	18.6	(40.921)	(28.311)	(12.610)	(18.946)	(10.778)	(8.168)
Pessoal e administradores		(4.935)	-	(4.935)	(4.890)	-	(4.890)
Material		(330)	-	(330)	(216)	-	(216)
Serviços de terceiros		(5.538)	1.404	(6.942)	(2.549)	-	(2.549)
Arrendamento e aluguéis		(80)	-	(80)	(165)	-	(165)
Depreciação e amortização	18.3.1	(29.761)	(29.715)	(46)	(10.836)	(10.778)	(58)
Outras gastos operacionais		(277)	-	(277)	(290)	-	(290)
Resultado da Atividade		190.897	(91.485)	282.382	201.052	(55.009)	256.061
Resultado Financeiro		(98.413)	-	(98.413)	(132.597)	-	(132.597)
Despesas financeiras		(128.869)	-	(128.869)	(137.702)	-	(137.702)
Receitas financeiras		30.456	-	30.456	5.105	-	5.105
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	18.6	92.484	(91.485)	183.969	68.455	(55.009)	123.464
Despesa com impostos sobre o lucro		(6.131)	35.765	(41.896)	(1.427)	34.886	(36.313)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		86.353	(55.720)	142.073	67.028	(20.123)	87.151
Resultado de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	18.8	86.353	(55.720)	142.073	67.028	(20.123)	87.151

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

18.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 2.192.340 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.106.498 em 31 de dezembro de 2021), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

18.2 Adiantamento a fornecedores

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

O ajuste de adiantamentos a fornecedores é de R\$ 1.404 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). São efetuados para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória os mesmos são classificados no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, os adiantamentos ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estes irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que os adiantamentos são baixados, gerado essa diferença entre os balanços.

18.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 1.092.227 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.118.282 em 31 de dezembro de 2021), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se o ICPC01 (R1) além da estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado garantindo que não seja afetado pelo CPC47.

18.3.1 Depreciação e Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

18.4 Intangível

O ajuste de R\$ 18.710 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 19.138 em 31 de dezembro de 2021), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do CPC47.

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

18.5 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 315.739 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 279.974 em 2021) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 232.850 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 211.536 em 2021), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

18.6 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Companhia adotar na demonstração regulatória o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

18.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Saldos conforme contabilidade societária	713.034	748.417
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória (a)		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01) / (CPC 47) (a)	(534.312)	(478.592)
Saldos conforme contabilidade regulatória	178.722	269.825

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

18.8 Conciliação do resultado societário e regulatório

	2022	2021
Saldos conforme contabilidade societária	142.073	87.151
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(55.720)	(20.123)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	86.353	67.028

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

19 Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA.

19.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2022 e

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

2021, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	154.681	154.681	193	193
Investimentos temporários	Valor justo por meio do resultado	46.879	46.879	176.702	176.702
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	25.792	25.792	31.040	31.040
Total		227.352	227.352	207.935	207.935

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2022		2021	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	13.956	13.956	16.662	16.662
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.143.549	1.145.566	1.061.777	1.063.895
Total		1.157.505	1.159.522	1.078.439	1.080.557

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos temporários** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI;
- **Concessionárias e permissionárias** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e
- **Empréstimos e financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

19.4 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas concessionárias e permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 154.681 (R\$193 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Investimentos temporários

As investimentos temporários são mantidas em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(iii) Concessionárias e permissionárias

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 empréstimos e financiamentos.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2022				
			2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.143.549	3.008.554	17.987	88.720	109.457	350.311	2.442.079
Fornecedores	13.956	13.956	1.967	11.989	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	1.157.505	3.022.510	19.954	100.709	109.457	350.311	2.442.079

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 – Empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

(c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	193.162	219.084	225.565	232.046	212.604	206.123
Impacto no resultado				6.481	12.961	(6.481)	(12.961)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(1.145.566)	(1.218.309)	(1.236.495)	(1.254.681)	(1.200.124)	(1.181.938)
Total de passivos financeiros		(1.145.566)	(1.218.309)	(1.236.495)	(1.254.681)	(1.200.124)	(1.181.938)
Impacto no resultado				(18.186)	(36.372)	18.186	36.372
Efeito líquido no resultado				(11.705)	(23.411)	11.705	23.411
		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2022	+25%	+50%	-25%	-50%
Referência para ativos e passivos financeiros							
CDI (% 12 meses)		13,42%	12,39%	16,78%	20,13%	10,07%	6,71%
IPCA (%12 meses)		6,35%	5,79%	7,94%	9,53%	4,76%	3,18%

Fonte: B3 e Santander

(d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida – RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(e) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 906/2020, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

(f) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

(g) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo.

20 Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividade de financiamento	
Dividendos adicionais propostos 2021	9.663
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.155
Constituição de dividendos intermediários	157.831
Dividendos da reserva de lucros a realizar	8.807
Total	177.456

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2021	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2022
Empréstimos e financiamentos	1.061.777	(18.541)	(24.965)	125.278	1.143.549
Dividendos declarados	16	(167.510)	-	177.456	9.962
Totais	1.061.793	(186.051)	(24.965)	302.734	1.153.511

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos declarados ainda não pagos no fim do exercício.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

21 Eventos Subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 29 de março de 2023, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 8.524, decorrentes do resultado do exercício.

Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e continuará monitorando a evolução do assunto.



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Brasília, 27 de abril de 2023

Outorgada: **Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.**

Joseph Zwecker

Joseph Zwecker Junior
Presidente
CPF: 279.145.265-68

Leonardo

Leonardo da Silva Lucas T. de Lima
Diretor Financeiro
CPF: 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC: PE-012996-O-S-MA
CPF: 380.947.544-00

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(...)

X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF